

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração, Conselho Fiscal e Associados
ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, NBC ITG 2002/12 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.409 - Entidades sem Finalidade de Lucro.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

COFINS sobre receita de patrocínio

Conforme Notas Explicativas nº 11 e 19, a Administração e seus assessores jurídicos entendem não serem contribuintes da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre as receitas de patrocínio realizado por sócios mantenedores, no entanto, a partir de outubro de 2012 a associação passou a oferecer a tributação e realizar o recolhimento em juízo. Nossa opinião não foi ressalvada sobre esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

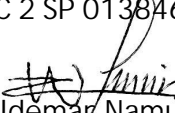


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Waldemar Namura Junior
Contador CRC 1 SP 154938/O-0

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2016	2015		Nota explicativa	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	308.378	394.791	Obrigações trabalhistas e tributárias	8	24.160	58.118
Contas a receber	5	226.133	301.092	Contas a pagar	9	34.289	67.446
Outros créditos	6	-	20.100	Provisão de férias		104.574	88.428
Despesas antecipadas		231	240	Receita antecipada de associados e mantenedores	10	372.347	419.542
		<u>534.742</u>	<u>716.223</u>			<u>535.370</u>	<u>633.534</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	11	310.968	230.665	Provisão para contingências	11	292.435	322.807
Imobilizado líquido	7	38.274	23.671			<u>292.435</u>	<u>322.807</u>
		<u>349.242</u>	<u>254.336</u>				
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	12	195.560	195.560
				Superávit (Déficit) acumulado	12	(139.381)	(181.342)
						<u>56.179</u>	<u>14.218</u>
Total do ativo		<u><u>883.984</u></u>	<u><u>970.559</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>883.984</u></u>	<u><u>970.559</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Nota explicativa	2016	2015
Receitas operacionais			
De contribuições de empresas mantenedoras, comissões, trabalhos voluntários associados e outras receitas líquidas	13	2.067.205	2.191.573
		<u>2.067.205</u>	<u>2.191.573</u>
Despesas			
Com pessoal	14	(891.296)	(888.162)
Com serviços de terceiros	15	(209.883)	(314.718)
Comerciais e marketing	16	(646.402)	(880.428)
Gerais e administrativas	17	(148.460)	(166.614)
Tributárias		(10.254)	(36.899)
Trabalhos voluntários	18	(156.475)	(145.975)
		<u>(2.062.770)</u>	<u>(2.432.796)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		<u>4.435</u>	<u>(241.223)</u>
Resultado financeiro líquido		37.526	23.679
Superávit/(déficit) do exercício		<u>41.961</u>	<u>(217.544)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	2016	2015
Superávit/(déficit) do exercício	41.961	(217.544)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>41.961</u>	<u>(217.544)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (Déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	195.560	36.202	231.762
Déficit do exercício	-	(217.544)	(217.544)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	195.560	(181.342)	14.218
Superávit do exercício	-	41.961	41.961
Saldos em 31 de dezembro de 2016	195.560	(139.381)	56.179

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(Déficit) do exercício	41.961	(217.544)
Itens que não representam movimentação no capital circulante		
Depreciação	12.403	23.723
Provisão para contingência	(30.372)	101.186
Superávit/(déficit) do exercício ajustado	23.992	(92.635)
(Aumento)/redução dos ativos		
Contas a receber	74.959	153.717
Outros créditos	20.100	19.319
Despesas antecipadas	9	(31)
Depósitos judiciais	(80.303)	(103.137)
Aumento/(redução) dos passivos		
Obrigações trabalhistas e tributárias	(33.958)	16.732
Contas a pagar	(33.157)	51.124
Provisão de férias	16.146	13.122
Receita antecipada de associados e mantenedores	(47.195)	7.515
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	(59.407)	65.726
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(27.006)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(27.006)	-
Diminuição/(aumento) no caixa e equivalentes de caixa	(86.413)	65.726
Demonstração da variação do caixa e equivalentes		
Saldo do caixa e equivalentes no início do exercício	394.791	329.065
Saldo do caixa e equivalentes no final do exercício	308.378	394.791
Diminuição/(aumento) no caixa e equivalentes de caixa	(86.413)	65.726

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

1. Contexto operacional

A Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade é uma Entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo a promoção e a difusão de técnicas e metodologias de trabalhos relacionados ao desenvolvimento das Áreas Financeiras, Contábil e de Administração em Geral; promoção de intercâmbio intelectual entre seus associados; divulgação de informações de natureza técnica e científica relacionadas com as áreas de atuação descritas acima, e outras atividades que vierem a se tornar importantes face às mudanças tecnológicas e que venham ao encontro aos objetivos dos associados.

As demonstrações contábeis foram emitidas e aprovadas em 31 de março de 2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis nºs 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, tendo optado pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC-PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a NBC ITG 2002/12 - Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.409.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aqueles referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justos e pelo método de ajuste a valor presente, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

(b) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contribuições a receber e outros recebíveis, caixas e bancos, assim como, contas a pagar e outras dívidas.

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Entidade tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento a curto prazo com liquidez imediata a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem as contribuições a receber e outros créditos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Entidade não possui em aberto, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, transações com instrumentos financeiros derivativos.

(c) Ativos circulante e não circulante

Caixa e equivalentes de caixa

São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras para negociação ou mantidos até o vencimento.

Contribuições a receber

São registradas ao custo (valores dos mantenedores, associados e eventos promovido pela entidade) e quando aplicável incluem os encargos oriundos dos valores em atraso negociados.

Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor líquido de realização.

(d) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

É realizada, quando aplicável, análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (teste de "impairment"), com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução NBC T 19.10, CFC n. 1.292 em 07 de outubro de 2010, afim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para redução ao valor recuperável.

(e) Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

(f) Provisões para contingências

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são constituídas por valor considerado suficiente à cobertura de perdas nos processos judiciais de acordo com o CPC PME, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

(g) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratual ou legalmente.

(h) Apuração do resultado

As receitas e despesas, incluindo os rendimentos financeiros, são reconhecidas na demonstração do resultado pelo regime contábil de competência do exercício.

As fontes de recursos para a manutenção da Entidade são as provenientes das contribuições de associados recebidas, mantenedores e eventos promovidos pela a mesma.

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

(i) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente dos juros ativos de aplicações financeiras e a atualização dos depósitos judiciais e provisões para contingências. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem basicamente as tarifas bancárias e atualização monetária das provisões para contingências.

(j) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Associação goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o superávit por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	1.000	1.000
Bancos:		
HSBC Bamerindus S/A	-	96.065
Bradesco S/A	12.484	-
Santander	-	10
Aplicações financeiras		
Renda Fixa HSBC (FUNDO) - 0,98% CDI	-	1.991
Santander (CDB-DI) - 92% CDI	243.700	178.908
Santander (FUNDO) - 0,72%	-	579
Renda Fixa HSBC (CDB -CDI) - 99% CDI	-	116.238
Renda Fixa Bradesco (CDB)	48.987	-
Renda Fixa Bradesco (INVEST PLUS)	2.207	-
	<u>308.378</u>	<u>394.791</u>

5. Contas a receber

	2016	2015
Mantenedores	<u>226.133</u>	<u>301.092</u>
	<u>226.133</u>	<u>301.092</u>

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

6. Outros créditos

	2016	2015
18º. Congresso ANEFAC - Hotel	-	20.000
Outros valores	-	100
	-	20.100

Os outros créditos foram referentes ao contrato de aluguel do hotel que realizou o 18º. Congresso ANEFAC 2016 que aconteceu de 19 a 22 de maio de 2016 em Gramado Canela, entretanto, contratados em 2015.

7. Imobilizado líquido

	Taxa anual de depreciação %	Custos	
		2016	2015
Imóveis	4	91.469	91.469
Móveis e utensílios	10	64.795	64.795
Máquinas e equipamentos	10	20.830	20.830
Equipamentos processamento de dados	20	101.379	101.379
Equipamentos telefônicos	10	6.507	6.507
Equipamentos de segurança	10	650	650
Sistemas/programas adquiridos	20	56.682	29.676
		342.312	315.306
Depreciação acumulada		(304.038)	(291.635)
		38.274	23.671

Movimentação de 2016

	2015		2016			
	Custo		Adições	Baixas	Transferência	Custo
Imóveis	91.469		-	-	-	91.469
Móveis e utensílios	64.795		-	-	-	64.795
Linhas telefônicas	6.507		-	-	-	6.507
Instalações equipamento seg.	650		-	-	-	650
Programas e sistemas inf.	29.676	27.006	-	-	-	56.682
Máquinas e equipamentos	20.830		-	-	-	20.830
Equipamento p/ proc. e dados	101.379		-	-	-	101.379
	315.306		-	-	-	342.312
Depreciação	(291.635)	(12.403)	-	-	-	(304.038)
Total	23.671	14.603	-	-	-	38.274

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

Movimentação de 2015

	2014		2015		
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Imóveis	91.469	-	-	-	91.469
Móveis e utensílios	64.795	-	-	-	64.795
Linhas telefônicas	6.507	-	-	-	6.507
Instalações equipamento seg.	650	-	-	-	650
Programas e sistemas inf.	29.676	-	-	-	29.676
Máquinas e equipamentos	20.830	-	-	-	20.830
Equipamento p/ proc. e dados	101.379	-	-	-	101.379
	<u>315.306</u>	-	-	-	<u>315.306</u>
Depreciação	(267.912)	(23.723)	-	-	(291.635)
Total	<u>47.394</u>	<u>(23.723)</u>	-	-	<u>23.671</u>

8. Obrigações trabalhistas e tributárias

	2016	2015
PIS a recolher s/ folha de pagamento	756	1.141
IRRF a recolher	10.611	18.892
FGTS a recolher	5.076	7.714
INSS a recolher	7.112	23.339
Tributos retidos na fonte a recolher	303	272
Cofins a recolher	302	6.760
	<u>24.160</u>	<u>58.118</u>

9. Contas a pagar

	2016	2015
Fipecafi - Fundação	-	35.032
Mélia Angra	-	5.017
Arte Natural	-	6.500
Hotel JP	-	4.518
Outras contas a pagar	34.289	16.379
	<u>34.289</u>	<u>67.446</u>

10. Receita antecipada de associados e mantenedores

Contribuições pagas antecipadamente por associados da entidade e mantenedores, que serão realizadas até o término do exercício seguinte, bem como inscrições pagas antecipadamente do 19º Congresso da Anefac que será realizado em maio de 2017.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

11. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão para contingencia provisionada está relacionada a riscos tributários e trabalhistas, conforme demonstramos a seguir:

	2016	2015
Tributária (a)	292.435	230.665
Trabalhista (b)	-	92.142
	<u>292.435</u>	<u>322.807</u>

(a) Em 04 de outubro de 2012 a Entidade entrou com ação movida contra a União Federal por meio do processo 0017859-23.2012.403.6100 com o intuito de afastar a incidência da COFINS sobre as receitas derivadas de suas atividades próprias, assim estendidas como aquelas descritas em seu Estatuto como necessárias, auferidas para consecução de suas atividades, desde a entrada em vigor da Medidas Provisórias 1807-6/99 com redação mantida pela MP nº 2.158-35, ora vigente, afastando-se as restrições posteriormente impostas pela Instrução Normativa 247/2002.

Em 12/09/2013, a ação foi julgada como improcedente em 1ª instância, foram apresentados embargos a declatórios requerendo que o juiz se manifestasse sobre os documentos juntados pelo autora, foi negado provimento, dessa forma em 06/11/2013, a autora interpôs recurso de apelação pleiteando a anulação da sentença, no entanto foi negado o recurso, diante deste fato em 25/05/2015 em face ao acórdão proferido pelo TRF, foi determinado que sobrestamento do efeito até o trânsito em julgado de decisão nos RE's nºs 598.085/RJ e 672.215/CE, que versam sobre a matéria na presente demanda.

A Entidade efetuou a provisão para prováveis contingencias do recolhimento da COFINS referente ao período de outubro de 2012 a dezembro de 2016 e reconhecendo o recolhimento como depósitos judiciais.

Para o período prescricional anterior a outubro de 2012 não foi constituída a provisão da COFINS e depósito judicial;

(b) No decorrer do exercício de 2013 o ex-funcionário Cideval de Oliveira impetrou uma ação contra a Anefac requerendo FGTS, horas extras, danos morais, multa dos artigos 467 a 477 da CLT e honorários advocatícios. Em 2016 o processo foi julgado e a Associação pagou o montante de R\$92.142.

As movimentações das provisões para contingências e depósitos judiciais estão demonstradas a seguir:

	Tributária	Trabalhista	Total	Depósitos judiciais
Saldos em 31 de dezembro de 2015	230.665	92.142	322.807	230.666
Depósito	61.770	-	61.770	54.920
Rendimentos	-	-	-	25.382
(-) Pagamento	-	(92.142)	(92.142)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>292.435</u>	<u>-</u>	<u>292.435</u>	<u>310.968</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

12. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio líquido inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

O superávit acumulado será destinado à manutenção das atividades, para atender dispositivos legais vigentes e continuidade da Associação.

Quando for verificada a impossibilidade de continuidade das atividades da Associação, poderá esta ser dissolvida.

Seus bens serão doados a uma entidade congênere ou fins filantrópicos reconhecidos como de utilidade pública, indicada pela maioria dos Associados presentes na assembleia que deliberou a extinção.

13. Receitas operacionais

	2016	2015
Patrocínios	546.300	727.952
Mantenedores	713.151	757.596
Eventos	268.851	143.561
Contribuições de associados	225.522	249.679
Congressos	218.676	231.589
Trabalhos voluntários	156.475	145.975
(-) Cofins sobre receita	(61.770)	(64.779)
	<u>2.067.205</u>	<u>2.191.573</u>

14. Despesas com pessoal

	2016	2015
Salários	(557.198)	(585.472)
Encargos sociais	(190.024)	(178.968)
Benefícios	(144.074)	(123.722)
	<u>(891.296)</u>	<u>(888.162)</u>

15. Despesas com serviços de terceiros

	2016	2015
Serviços gráficos	(84.800)	(107.592)
Serviços de assessoria	(55.654)	(121.555)
Serviço de informática	(30.480)	(23.227)
Serviços de consultoria	(8.220)	(23.590)
Serviços de Auditoria	(16.914)	(16.323)
Outros serviços (menores de R\$ 15.000)	(13.815)	(22.431)
	<u>(209.883)</u>	<u>(314.718)</u>

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

16. Despesas comerciais e marketing

	2016	2015
Feiras, promoções e eventos	(642.662)	(880.342)
Outras despesas	(3.740)	(86)
	<u>(646.402)</u>	<u>(880.428)</u>

17. Despesas gerais e administrativas

	2016	2015
Utilidades e serviços públicos	(30.343)	(41.303)
Locações	(21.543)	(24.691)
Material de consumo geral	(27.588)	(20.593)
Seguros	(933)	(929)
Depreciação	(12.324)	(23.722)
Viagens nacionais	(23.238)	(28.225)
Condução e taxi	(5.132)	(3.482)
Outras despesas (menores de R\$ 10.000)	(27.359)	(23.669)
	<u>(148.460)</u>	<u>(166.614)</u>

18. Trabalhos voluntários

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, que define que o valor voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo de prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Entidade.

A ANEFAC utilizou como parâmetro para determinação de valores do trabalho voluntário a "Pesquisa de Remuneração dos Administradores" elaborada pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa em 2016.

Durante o exercício de 2016 foi registrado para a execução das atividades da Associação um total de 571 horas, totalizando R\$ 156.475 (no exercício de 2015 foram registrados 571 horas, totalizando R\$ 145.975):

Piso	Ano	Qtd. Voluntários	Valor Hora	Horas Voluntárias	Valor Voluntariado 2016
Presidentes	2016	1	281	154	43.308
Conselheiros	2016	11	482	140	67.518
Diretores	2016	11	165	277	45.649
					<u>156.475</u>

Piso	Ano	Qtd. Voluntários	Valor Hora	Horas Voluntárias	Valor Voluntariado 2015
Presidentes	2015	1	262	154	40.402
Conselheiros	2015	11	450	140	62.987
Diretores	2015	11	154	277	42.586
					<u>145.975</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

19. Tributos

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que apresentando superávit em suas contas destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais.

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social - PIS - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos; (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS - pagamento integral das contribuições devidas e (c) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS - contribuição de 7,6% incidente sobre as receitas de comissões e patrocínios (não é considerado para fins de tributação o patrocínio realizado por sócios mantenedores).

Quanto à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional. A administração da Associação entende que todas as receitas auferidas, com exceção das comissões e patrocínio (exceto os patrocínios realizados por sócios mantenedores), inclusive, decorrem de suas atividades próprias, não estando sujeitas à incidência da referida contribuição.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

A entidade passou oferecer a tributação do COFINS sobre receita com patrocínio (exceto os patrocínios realizados por sócios mantenedores) no exercício de 2011 e não constituiu provisão para a referida contribuição referente aos exercícios anteriores sujeitos ao período prescricional.

Em 04 de outubro de 2012 a Entidade em ação movida contra a União Federal por meio do Processo nº 0017859-23.2012.403.6100 passou a oferecer a tributação e recolhendo em juízo, em 31 de dezembro de 2016 foram tributados R\$ 285.586 (período de outubro de 2012 a dezembro de 2016), com atualização trazendo o montante de R\$ 310.968.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos.

20. Seguros - não auditados

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 372.680 mil para danos materiais, de acordo com a apólice de Seguro da Yasuda Marítima - nº 1800133892 com vigência de 29/03/2016 a 29/03/2017, sendo considerada suficiente pela Administração para potenciais perdas.